



Assembleia Legislativa

O discurso do sr. Genesio Gambarra a proposito dos ultimos triumphos parlamentares do senador Epitacio Pessoa

Assembleia Legislativa honra-me, às 13.40, sob a presidência do sr. Ignacio Evaristo, secretário pelo sr. Antonio Guedes, 1.º secretário, e Celso Mariz, 2.º ditto. Achavam-se presentes no recinto os seguintes: Duarte, Gomes de Sá, Cyrillo de Sá, Genesio Gambarra, Parahyba, Hercílio Zanetti, Aristides Ferreira, Pedro Firmino, Pedro Lyssas, José Maria de Azevedo, Antonio Bóto, José Pereira, José Queiroz, Matheus de Oliveira, Nova de Figueiredo, Irineu Joffly e João Gomes (19).

Ata lida, lida pelo sr. 2.º secretário, e aprovada sem debate. Havendo expedido sobre a mesa, o sr. presidente anunciou a hora de apresentação de projetos, pareceres, requerimentos, moções etc. Fez a leitura de um anteprojeto de lei, em cujo inciso descrevo, se declara solidario com as moções já aprovadas pela Assembleia de applausos aos membros do Conselho Municipal de Educação, Sr. Solon de Lencina e Sr. Sausana, repartidos-se depois aos ultimos triumphos parlamentares obtidos no Senado da Republica pelo sr. Epitacio Pessoa.

Assente desta casa desde algum tempo, diz o orador, por motivo de força maior, e para não deixar de cumprir o assumpto que me traz a tribuna, manifestar a minha solidariedade às moções de applauso já votadas e aprovadas pela Assembleia Legislativa aos membros do Conselho Municipal de Educação, Sr. Solon de Lencina e Sr. Sausana, chefes respectivamente, do Partido Republicano e do governo da Parahyba.

É claro que esta minha solidariedade, que retrata as minhas idéas politicas, já estava reconhecida por anteriores assistidos da tribuna, Sr. Parahyba, perfurta este concordes com as realizações e conquistas da poderosa agremiação paritaria que vem obtendo nosa terra de progressos insustentáveis em todas as espheras onde se exerce sua influencia. Mesmo assim, é para mim motivo de alegria ler e ouvir mais uma vez esse meu modo de pensar e respeito dos meus benemeritos cidadãos, que me convidou os maiores estorvos em meu caminho para a tribuna do Estado, o primeiro, o dr. Solon de Lencina, orientando o partido dominante com inextinguível correção e critério, e segundo, dr. João Sausana, impulsionando as forças dynamicas da administração.

Fez a seguinte declaração de voto, vou entrar no assumpto que me trouxe principalmente a esta tribuna. Quero traduzir um voto de congratulações aos membros do Conselho Municipal de Educação, Sr. Epitacio Pessoa, pelos triumphos extraordinarios que acabam de sagrar na metropole do pais, como expressão espontanea da eloquencia politica brasileira.

officlarão no substituto legal deste para que assumo o exercicio e de tudo dar conhecimento ao presidente do Estado. Recebido o balancete, que deve trazer o visto do prefeito e a assignatura do thesoureiro da Prefeitura, o presidente do Conselho substituirá o presidente do Conselho Municipal de Educação e a assignatura do thesoureiro da Prefeitura, o presidente do Conselho substituirá o presidente do Conselho Municipal de Educação e a assignatura do thesoureiro da Prefeitura.

§ 6º - Aprovado o balancete, o presidente do Conselho mandará extrahir de novo a copia e a remeterá devidamente authenticada, com officio, a Secretaria do Estado, para a publicação e para a entrega do balancete a seguir a ordem do dia: 1.º discussão do projecto n. 12 (Orçamento).

§ 7º - A requisição justificada de qualquer dos membros do Conselho, o presidente nomeará uma comissão de três membros, para o encargo de examinar a Thesouraria, a prestação de contas e de elaborar um relatório a respeito. § 8º - Se o relatório concluir pela culpabilidade do thesoureiro, do prefeito, ou de ambos, o presidente do Conselho dará a ordem de prisão ao thesoureiro e a de prisão ao prefeito, e a de prisão ao thesoureiro e a de prisão ao prefeito.

§ 9º - Concluido o relatório pela exactidão das contas, será o balancete aprovado, seguindo-se o disposto no § 6º. Art. 3º - Fimdos os meses de agosto e fevereiro sem a Secretaria do Estado, haverá sempre balancete em todos os municipios, o secretario officiará aos presidentes dos Conselhos, indagando dos motivos dessa omissão.

Art. 4º - Nos municipios em que se editarem jornales, sendo mandado pelos presidentes do Conselho a publicação do balancete, remettedo, porém, um exemplar do dito a Secretaria do Estado. Sempre que entenderem conveniente, os Conselhos Municipales poderão eleger dentre si, uma comissão de três membros, para examinar o thesoureiro da Prefeitura, a fiscalização do serviço de arrecadação e guarda da receita, arrecadação, applicação e escripturação das rendas.

Art. 5º - Os prefeitos e sub-prefeitos, sempre demissíveis ad notum, terminarão as suas funcções com o mandato dos Conselhos Municipales. Quando o prefeito de um municipio for bacharel em direito ou advogado provisionado, poderá representar em juizo a Fazenda Municipal, e a Thesouraria, independentemente de procuração.

Art. 6º - Cada Prefeitura é obrigada a publicar a receita da Thesouraria, a cujo cargo ficarão exclusivamente os serviços de arrecadação e guarda da receita, arrecadação, applicação e escripturação. Art. 9º - Os thesoureiros não entrarão em exercicio antes de prestar o juramento e a submissão da aprovação do Conselho, por meio de hypotheca, deposito de valores e qualquer outra modalidade legal.

Art. 10 - Quando o prefeito de um municipio for bacharel em direito ou advogado provisionado, poderá representar em juizo a Fazenda Municipal, e a Thesouraria, independentemente de procuração. Art. 11 - Os professores publicos municipais, serão nomeados pelos prefeitos.

Art. 12 - Quando necessário a execução de medidas legais, o executivo municipal fará o despacho, sem despacho ou ordem escripta do prefeito. Art. 13 - A presente lei entrará em execução a 1.º de janeiro de 1926. Art. 14 - Esta lei vigorará as disposições em contrario. S. S., em 24 de novembro - Antonio Guedes, Irineu Joffly, José Pereira Lima, Ignacio Evaristo, Pedro Firmino, Pedro Lyssas, José Maria de Azevedo, Antonio Bóto, José Pereira, José Queiroz, Genesio Gambarra, Padre Aristides Ferreira, Antonio Bóto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA

Balancete demonstrativo da Receita e Despesa da Prefeitura Municipal de Santa Rita relativo ao 3.º trimestre do corrente exercicio.

RECEITA

DESPESA

Vida escolar

Escola Parahyba

Escolas Municipales

Escolas Municipales

Escolas Municipales

Escolas Municipales

Escolas Municipales

Escolas Municipales

Escolas Municipales

Escolas Municipales

Escolas Municipales

Escolas Municipales

Escolas Municipales

nominação propria. Agradeco a v. exc. o apoio que me foi boara.

O sr. Basilio de Magalhães - V. exc. diz isto com muita precisão e acerto. Realmente, a escola deve ser um centro de assimilação, sobretudo em um pais onde estão sendo expulsos de cada passo os correctos imigratorios de toda parte.

O sr. Tavares Cavalcanti - Perfeitamente. Eu, sem ter citado Silvio Romero, não posso deixar de mencionar o nome de um dos nossos grandes poetas, que se afundou sensivelmente nas affluencias da raça e da tradição. Não se deve abandonar a tradição, mas sim, desenvolver a cultura que a escola deve ter todo o ensino.

Uma declaração preliminar devo fazer: ninguém mais do que eu tem sincera veneração e apreço pelas conquistas liberas da Constituição de 24 de fevereiro. Já houve a idéa de voltar atrás em qualquer dessas conquistas, de certo, não só o meu voto, como o meu esforço e a minha energia, se encontraram no campo adverso. Portanto, vamos considerar essa questão do ensino laico como se encontra na Constituição vigente.

Em primeiro lugar, porém, na sessão passada, que a nossa constituição republicana, segundo, aliás, uma tradição das nações respeitadas, porque o sr. Basilio de Magalhães mostrou até no acto adicional, andou, a meu ver, com menos acerto de quando se tratava de qualquer outro assunto primario quasi que exclusivamente a cargo dos Estados. E uma restrição que não posso deixar de ter, a respeito, embora julgue reconhecer que a Constituição de 24 de fevereiro foi lá sabia e previdente.

O sr. Tavares Cavalcanti - Por consequente, a verdade é esta: o ensino official não pôde nem deve ser religioso.

O sr. Tavares Cavalcanti - Mas o ensino official pôde prescindir de uma religião.

Assembleia Legislativa

Assembleia Legislativa

Assembleia Legislativa



